



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

Secretaria - Executiva

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT
Conselho Diretor do FNDCT – CD/FNDCT

**ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO FNDCT - CD/FNDCT
EXERCÍCIO DE 2022**

Pauta: 1. Informes; 2. Balanço das Ações de 2022; 3. Revisão do Plano Anual de Investimentos Reembolsáveis de 2022; 4. Grupo de trabalho dos Programas Orientados por Missão; 5. Assuntos gerais.

Participantes: Sr. Paulo César Rezende de Carvalho Alvim, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI, Presidente do CD/FNDCT, Sergio Freitas de Almeida, Secretário - Executivo do MCTI, dos **Conselheiros com direito a voto:** 1) Waldemar Barroso Magno Neto, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep; 2) Evaldo Ferreira Vilela, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; 3) Anderson Lozi da Rocha, membro suplente do Ministério da Educação; 4) Maycon David Stahelin, membro suplente do Ministério da Economia; 5) Flávia Pedrosa Pereira, membro suplente do Ministério da Economia; 6) Victor Pina Dias, membro suplente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; 7) Carlos Augusto Grabois Gadelha, membro titular da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; 8) Jailson B. de Andrade, membro suplente da Academia Brasileira de Ciência – ABC; 9) Helena Bonciani Nader, membro titular da Academia Brasileira de Ciência – ABC; 10) Gianna Cardoso Sagazio, membro suplente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; 11) Pedro Wongtschowski, membro titular da CNI; 12) Daniel Moczydlower, membro titular da CNI; 13) Antonio Renan Arrais, membro titular da CODEFAT. **Convidados:** **Pela Finep:** André Luz de Godoy, Diretor Administrativo; Otávio Augusto Burgardt, Diretor de Inovação; Marcelo Silva Bortolini de Castro, Diretor Científico e Tecnológico; Adriano Lattarulo, Diretor Financeiro de Crédito e Captação; Hudney Antunes, Superintendente da Área de Controle Orçamentário e Financeiro do FNDCT; Fernanda Stiebler, Assessora da Diretoria de Inovação e, Patrícia Ribeiro, Gerente de Departamento. **Pelo CNPq:** Maria Zaira Turchi, Diretora de Cooperação Institucional e Presidente Substituta do CNPq. **Pelo Ministério da Defesa:** Coronel Veterano Ilmar Victor Marinho Barbosa, representante do MD na condição de ouvinte. **Pela CNI:** Idenilza Miranda, membro suplente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Débora Mendes Carvalho, membro suplente da CNI. **Pelo MCTI:** Johnny Ferreira dos Santos, Diretor do Departamento de Governança Institucional – DGI; Alex Fabiano Ribeiro de Magalhães, Subsecretário de Unidades Vinculadas; Alexandre Augusto Villain da Silva, Diretor do Departamento de Administração; Marcelo Marcos Morales, Secretário de Pesquisa e Formação Científica – SEPEF e Presidente do Comitê Gestor do Fundo Setorial de Saúde - CT-SAÚDE, Comitê Gestor do Fundo Setorial de Agronegócio - CT-AGRO e do Comitê Gestor do Fundo Setorial de Recursos Hídricos - CT-HIDRO; Rafael Silva Menezes, Coordenador-Geral Tecnologias Setoriais e Presidente do Comitê Gestor do Fundo Setorial de Transporte Aquaviário e de Construção Naval – CT-AQUA e do Comitê Gestor do Fundo Setorial Mineral – CT-MINERAL; Fábio Donato Soares Larotonda, Diretor do Departamento de Ciências da Vida e Desenvolvimento Humano e Social e Presidente do Comitê Gestor do Fundo Setorial de Biotecnologia – CT – BIOTEC; José Ricardo Ramos Sales, Coordenador do Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia – CT - AMAZÔNIA; Giordano Almeida de Azevedo – Coordenador - Geral de Governança de Fundos; Lillian Rose Peters, Coordenadora de Monitoramento e Informações – Substituta; Paula Regina Comin Cabral, Coordenadora de Gestão de Fundos.

Abertura: Aos 09 (nove) dias do mês de novembro de 2022, às 08h30 em reunião presencial na Sala dos Conselhos, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), Bloco E, 5º andar, e por videoconferência, acessada através do link: <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/mcti-cggf>, foi iniciada a 4ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CD/FNDCT. O Sr. Paulo Alvim iniciou a reunião apresentando a pauta, informada no preâmbulo, que foi aprovada pelos conselheiros. Antes de passar ao primeiro tópico da pauta, o Sr. Paulo Alvim informou que o material apresentado seria encaminhado aos Conselheiros após a reunião. Na sequência, com a palavra, o Sr. Waldemar Barroso passou a tratar do balanço das ações de 2022. Registrou que houve participação intensa do CD/FNDCT tanto no planejamento das ações como nas decisões para a revisão dos Planos Anuais de Investimento de 2021 e 2022. Para apresentar o balanço da execução orçamentária/financeira do PAI 2021 e PAI 2022, passou a palavra ao Sr. Adriano Lattarulo. Esse, por sua vez fez a apresentação que se encontra disponível no **Anexo 1**. Em seguida, com a palavra, o Sr. Hudney Antunes apresentou a tabela cuja dotação orçamentária inicial de 2022 perfazia a quantia de pouco mais de R\$ 9 bilhões, sendo a metade para as ações não reembolsáveis e a outra metade para as ações reembolsáveis. O Sr. Paulo Alvim registrou o seu agradecimento às equipes do CNPq, da Finep, Secretaria - Executiva e demais Secretarias do Ministério pelo esforço empreendido para efetivar no presente ano as ações planejadas no PAI 2022. Com a palavra, o Sr. Pedro Wongtschowski solicitou esclarecimentos com relação ao valor R\$ 1,67 bilhão que consta como saldo dos recursos reembolsáveis, entendendo que esses recursos serão transferidos do FNDCT à Finep e que, ao longo do tempo, a Finep disponibilizará os recursos aos interessados na medida em que os contratos forem sendo assinados. O Sr. Paulo Alvim ratificou o entendimento do conselheiro e citou que mais adiante na reunião será colocada em deliberação uma proposta de revisão do PAI 2022 reembolsável, visando a ampliação dos valores aptos a captação pela Finep. A Sra. Helena Nader parabenizou todas as equipes envolvidas na execução, em especial ao Sr. Paulo Alvim, registrando que com uma articulação bem-feita entre o Conselho Diretor e as entidades que operacionalizam os recursos, quem ganha é o país. Na sequência, a conselheira registrou que estava em dúvida acerca dos efeitos da Medida Provisória nº 1136/2022, tendo em vista que o STF já havia suspenso os efeitos da MP nº 1135/2022. Segundo ela, o esforço atual da comunidade científica é para que o Congresso Nacional devolva a MP. Na sequência fez o seguinte questionamento: “Com relação aos recursos que estão atualmente bloqueados, caso sejam liberados, feita a previsão de gastos, poderão ser utilizados?” O Sr. Paulo Alvim informou que seria possível integralizar a execução dos recursos, caso estes sejam disponibilizados. Para ele, o único entrave seria o tempo exíguo. A Sra. Helena Nader questionou qual seria a data limite para integralizar a execução. Em resposta, o Sr. Paulo Alvim informou que o limite seria até o final do mês de novembro, tendo em vista os trâmites dos processos de contratação que envolvem instituições públicas, privadas e empresas. Registrou que o processo de contratação não depende apenas das equipes do ministério e das agências de fomento, o que é um complicador, em especial, no período de final de ano. Registrou, ainda, que existe uma capacidade de execução imediata, utilizando critérios de mérito e demanda qualificada, mas que à medida que o prazo se aproxima do final do ano, o impedimento recai sobre os beneficiários. O Sr. Waldemar Barroso ratificou a informação apontada pelo Sr. Paulo Alvim da existência das demandas qualificadas da Finep e CNPq aptas à execução imediata. Dando continuidade à pauta, o Sr. Marcelo Bortolini apresentou um Balanço das Ações de 2022 (**Anexo 1**). Na sequência, o Sr. Paulo Alvim destacou a ação de Ambientes Controlados e Salas Limpas que precisou de suplementação de recursos do FNDCT. Informou que no auge da pandemia do COVID-19 foi lançada uma chamada de ambientes controlados, laboratórios NB3 e que, na oportunidade, foram apoiados 18 novos laboratórios com recursos, o que praticamente dobrou a rede de pesquisa na área epidemiológica, muito significativa e de abrangência nacional. Destacou que é um importante legado deixado em função da pandemia, mas que foi ampliado em função da identificação da demanda por laboratórios em universidade e instituições de pesquisas. Em seguida, a Sra. Helena Nader questionou se os recursos não estão disponíveis por conta da MP. O Sr. Marcelo Bortolini confirmou que os recursos não estão disponíveis por conta da MP. Na sequência, o Sr. Paulo Alvim destacou a iniciativa de startups voltadas à inteligência artificial cujo investimento gerou uma demanda de R\$ 282 milhões, onde foram selecionados 47 projetos, totalizando R\$ 80 milhões, investimento significativo que está inserido dentro da estratégia de apoio a área de inteligência artificial do país e que transborda para outras áreas do conhecimento. Com a palavra, o Sr. Otávio Burgardt destacou a chamada de fluxo contínuo referente à temática de propriedade intelectual, onde 110 projetos estão em rascunho e 14 já foram submetidos e estão em análise pela Finep. O Sr. Paulo Alvim destacou a importância da retomada dos projetos de fluxo contínuo para o setor empresarial, cuja a interação entre as instituições de ciência e tecnologia proprietárias de patentes e as empresas interessadas poderão resultar em produtos para a sociedade. Na oportunidade, parabenizou o esforço da equipe da Finep para promover mudanças processuais e administrativas para proporcionar as chamadas de fluxo contínuo. Encerradas as apresentações da Finep, relacionadas ao Balanço das Ações de 2021 e 2022, o Sr. Paulo Alvim abriu a palavra aos Conselheiros. Com a palavra, o Sr. Pedro Wongtschowski solicitou que fossem identificados os valores e os tomadores de empréstimo dos recursos reembolsáveis operados pela Finep. O Sr. Johnny Santos destacou que serão fornecidos aos membros do CD/FNDCT as informações relacionadas aos recursos reembolsáveis, destacou que algumas questões são sigilosas, mas que um relatório semestral será repassado, com vistas a atender um acórdão do TCU. Informou que mais adiante na reunião será apresentado um resumo da quantidade de contratos, perfil das empresas, entre outras informações. Consignou que é de extrema importância que o CD/FNDCT possa ter informações mais detalhadas da parte reembolsável. Com a palavra, o Sr. Carlos Gadelha destacou que seria importante ter um documento sintético dos projetos que não puderam ser executados por falta dos recursos orçamentários e do impacto que isso gerou para o sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação. Registrou a importância de que o CD/FNDCT possa receber essas informações para que, eventualmente, nas relações político/institucionais, possa atuar para a liberação dos recursos. Na sequência, aproveitou para saudar as equipes da Finep, do CNPq e do ministério pelo esforço para implementação das iniciativas aprovadas pelo CD/FNDCT. O Sr. Paulo Alvim informou que a solicitação está registrada e que a Secretaria - Executiva irá repassar as informações aos Conselheiros. Com a palavra, o Sr. Evaldo Vilela cumprimentou a todos e agradeceu o reconhecimento ao trabalho das equipes do CNPq. Parabenizou também a Finep, na atuação como Secretaria - Executiva do FNDCT, e pelo trabalho conjunto que vem sendo feito entre as agências de fomento. Agradeceu a compreensão do Sr. Ministro e destacou que com o grande volume de recursos para a ciência nacional brasileira existe também muito trabalho. Agradeceu também à da Sra. Zaira Turchi pelo grande esforço que tem feito, principalmente pela quantidade reduzida de servidores no CNPq. Citou também as dificuldades advindas com a implementação do trabalho remoto, apesar de todo o amparo legal. Registrou que apesar das dificuldades, tem sido muito prazeroso trabalhar na implementação das iniciativas aprovadas pelo CD/FNDCT. Na sequência, destacou a chamada para os novos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia - INCTs, que apesar do pouco recurso que o CNPq dispôs nos últimos anos, o resultado atingido conta com um número de publicações impressionante e de altíssima qualidade. Tomando como base a fala do Sr. Carlos Gadelha, Sr. Evaldo Vilela lembrou que existiram projetos

em que não foi possível o financiamento por falta de recursos orçamentários. Informou que ainda não foi dada a publicidade ao resultado da chamada dos INCTs devido a um problema ocorrido na plataforma Carlos Chagas, mas afirmou que será implementada uma nova plataforma devidamente atualizada. Registrou que este trabalho está sendo possível devido à realização de mudanças na estrutura do CNPq, que agora conta com uma coordenação de plataformas. Na sequência, o Sr. Evaldo Vilela passou a apresentar um Balanço das Ações de 2021 e 2022 a cargo do CNPq (**Anexo 2**). No decorrer da apresentação fez os seguintes destaques: Citou que a Chamada Universal tem valor previsto de R\$ 200 milhões em 2021 e R\$ 100 milhões em 2022. Informou que os valores previstos para 2020/2021 foram totalmente pagos; Citou que as chamadas e encomendas para as vacinas da COVID 19 totalizaram o valor de R\$ 104 milhões; Informou que a suplementação dos valores aos INCTs ficou em R\$ 280 milhões; Registrou que o RHAIE iniciou com poucos recursos orçamentários, mas por iniciativa do Sr. Ministro Paulo Alvim, o volume de recursos atingiu R\$ 103 milhões; Citou também as chamadas para as iniciativas destinadas aos projetos Recém Doutor, BRICS e MAI/DAI, no valor de R\$ 447 milhões; Citou o programa de parcerias com as FAPs onde foi viabilizado projeto PPP-PRONEM-PRONEX, que somou R\$ 142 milhões. O Sr. Evaldo Vilela registrou que 100% das chamadas do PAI 2021 foram lançadas. Acerca das ações do PAI 2022, registrou que foram recebidos recursos da ordem de R\$ 1,465 bilhão, que correspondem a 47 termos de referência, onde 39 desses foram implementados (chamadas e encomendas) e cerca de 83% das ações previstas foram lançadas. Algumas ações ainda aguardam lançamento e que caso ocorra a derrubada da MP 1136/2022, o CNPq está preparado para executar o orçamento disponibilizado. Destacou também que o cronograma inicialmente projetado está sendo cumprido na íntegra e que as chamadas que aguardam julgamento são: INCTs, Pró-Humanidades, Resistência Antimicrobiana, COVID Longa, Ciência Cidadã. O Sr. Paulo Alvim registrou que este ano foram lançadas 78 chamadas pelo CNPq e destacou todo o esforço feito pela equipe do CNPq com este número recorde. Dando continuidade, o Sr. Evaldo Vilela informou que a tabela de ações do PAI 2022 (demanda bruta) será enviada aos Conselheiros, pois conta com muitas informações, dentre elas, todas as chamadas, valores, demanda apresentada, número de propostas. O Sr. Paulo Alvim esclareceu que mais de mais de 6.000 projetos foram apoiados pelo CNPq, que tornou possível irrigar o sistema de CTI com recursos do FNDCT. Registrou que os recursos estão fluindo de uma forma muito significativa e reitera o trabalho realizado pelas equipes das agências. A Sra. Helena Nader registrou que quando se olha o que irriga a base da ciência no país, os valores pagos no Brasil são muito inferiores aos pagos no exterior. Registrou que os valores repassados aos estudantes são muito baixos e quando as bolsas não são corrigidas, o país vira as costas para o futuro. Ponderou o fato de um estudante formado e com dedicação exclusiva receber apenas R\$ 1.500, valor este que não é corrigido há muito tempo. A Sra. Helena Nader entende que essa questão não cabe somente ao MCTI, mas se trata de uma ação conjunta que infelizmente não foi tratada. Registrou preocupação, pois entende que sem a formação de recursos humanos, o Brasil não sairá do lugar. Lamentou que os jovens não estão mais procurando a pós-graduação, uma realidade que precisa ser revista. O Sr. Paulo Alvim ressaltou que será realizada uma conversa entre o MCTI e MEC para tratar do aumento dos valores das bolsas do CNPq e da CAPES. Registrou que apesar da dificuldade orçamentária, há o entendimento da importância do incremento nas bolsas. Registrou que no referencial orçamentário encaminhado pelo ME consta um aumento dos recursos previstos para as bolsas do CNPq. Destacou que o MCTI está fazendo sua parte, mas, infelizmente, o MEC não está conseguindo priorizar o assunto. Registrou que o valor pago em bolsas de mestrado não pode ser inferior ao valor do salário-mínimo regional dos Estados e que o aumento das bolsas já é uma realidade para o próximo ano. A Sra. Helena Nader reconheceu o esforço feito pelo Ministro Paulo Alvim, mas reafirmou que está preocupada com esta situação e vê a necessidade das bolsas estudantes serem reajustadas. Consignou que os estudantes bolsistas são a fonte da ciência no Brasil. Retomando sua apresentação, o Sr. Evaldo Vilela registrou que o CNPq necessitou devolver R\$ 141 milhões para atender a MP, mas que esse valor já foi recomposto. Registrou que ainda faltam R\$ 241 milhões para completar o valor inicialmente previsto para o CNPq que era da ordem de R\$ 1,4 bilhão. Registrou que existem chamadas em elaboração que não poderão ser lançadas por conta do bloqueio dos recursos imposto pela MP, mas assim que houver disponibilidade orçamentária as chamadas pendentes poderão ser lançadas. Finalizando, o Sr. Evaldo Vilela passou a tratar da execução orçamentária com a série histórica do CNPq de 2018 – 2022. Reiterou que a apresentação será repassada aos Conselheiros e para uma melhor visualização dos dados. Finalizou a apresentação agradecendo. Dando continuidade aos trabalhos, o Sr. Paulo Alvim abordou o GT-POM, falando que o MCTI já possui os nomes dos indicados, no entanto, gostaria de validá-los para que fossem iniciados os trabalhos. Destacou as recomendações recebidas dos órgãos de controle para que toda a programação do Ministério comece a trabalhar na lógica de Programas Orientados por Missão. Falou que se trata de um trabalho complexo, mas sinalizou que o CD/FNDCT está se antecipando e com isso é possível avançar nesse processo. O Sr. Maycon Stahelin registrou que o Ministério da Economia tem interesse em indicar representantes para participar do GT-POM. A Sra. Helena Nader registrou que seria muito importante a participação de representantes do ME no GT-POM. Assim, o Sr. Paulo Alvim consultou os Conselheiros sobre a possibilidade de incluir representantes do ME no GT-POM, que foi aceito por unanimidade. O Sr. Paulo Alvim solicitou que os nomes fossem apresentados para que fosse possível realizar a publicação da portaria. Na sequência, sugeriu que o grupo seja coordenado por representante da CNI, o que foi aceito pelos conselheiros. O Sr. Maycon Stahelin questionou se os representantes precisam necessariamente ser do CD-FNDCT. Em resposta, o Sr. Paulo Alvim informou que não necessariamente, mas que seria desejável. O Sr. Maycon Stahelin se comprometeu a encaminhar os nomes e informou que será um dos representantes do ME. O Sr. Johnny Santos solicitou que seja encaminhado um e-mail ao MCTI para ratificação dos representantes no GT-POM. O Sr. Evaldo Vilela informou que houve retificação de um representante indicado pelo CNPq para o GT-POM. O Sr. Paulo Alvim ratificou a fala do Sr. Johnny Santos quanto a formalização das indicações. **Em anexo, minuta da portaria de criação do GT-POM.** Destacou que esse tipo de trabalho já foi empreendido pelo INPE e pela Finep. Solicitou, então, que a Finep apresente o trabalho que foi realizado anteriormente. A Sra. Helena Nader citou que esse tipo de trabalho também já foi realizado pelo CGEE. O Sr. Paulo Alvim sugeriu que este trabalho seja resgatado. O Grupo, sua composição e a coordenação foi considerado aprovado pelo Colegiado. Com a palavra, a Sra. Gianna Sagazio informou que para reforçar tecnicamente os trabalhos a CNI, está em contato com a Sra. Mariana Mazzucato, uma das maiores especialistas do mundo nesse assunto, para dar um suporte e apoio técnico para o desenvolvimento do trabalho. O Sr. Paulo Alvim informou que agora os trabalhos do GT-POM estão sob a coordenação da Sra. Gianna Sagazio e solicitou que fosse montado um cronograma de reuniões para a realização desse trabalho. Também registrou que foi publicada a portaria designando novos membros para o CD/FNDCT. Registrou ainda a intenção de anunciar em breve o resultado preliminar dos INCTs, onde a demanda qualificada é muita significativa, podendo, eventualmente, no futuro, submeter ao CD/FNDCT uma consulta aprovar uma suplementação de recursos para um melhor atendimento à demanda qualificada do projeto. Com a palavra, o Sr. Evaldo Vilela informou que as chamadas dos novos INCTs contaram com trinta e oito pesquisadores especialistas no comitê julgador. O envio de formulários aos pesquisadores Ad Hoc representou uma inovação, pois permitiu que todos os projetos tivessem em tempo hábil o parecer de mérito necessário. Destacou que foi um trabalho que envolveu diversas áreas do conhecimento, muito intenso, mas bem-sucedido. O Prof. Evaldo apresentou o resumo da chamada INCT 58/2022 e ressaltou que foram 307 propostas apresentadas, que somadas perfizeram o montante de R\$ 2 bilhões, dos quais foram aprovados R\$ 300 milhões e que há um esforço em elevar esse montante em mais R\$ 300 milhões, totalizando R\$ 600 milhões. Informou que para a aprovação de um novo INCT é recomendável que ele não tenha sobreposições significativas com outros INCTs já em andamento. Esse aspecto foi levado em consideração pelo CNPq para que não houvesse duplicação de equipes. Registrou que os INCTs atuam em rede e que o apoio a essas iniciativas representa um avanço importante para o país, CNPq, MCTI e para todo o SNCTI. Finalizando, relatou que levou ao Fórum Mundial de C&T, ocorrido no Japão, um pouco da experiência bem sucedida do apoio aos INCTs, com o objetivo de buscar resultados mais robustos e entrega de soluções para a sociedade. O Sr. Sérgio Almeida, substituindo o presidente do CD/FNDCT na condução da reunião, passou a palavra ao Sr. Jailson Andrade. Esse, por sua vez, enfatizou que as notícias trazidas pelo Sr. Evaldo Vilela são muito auspiciosas, especialmente pelo fato de existirem um pouco mais de 100 INCTs em andamento, os quais estavam congelados desde 2008 e que seria importante a aprovação de um número maior de INCTs pelo Brasil. Falou que ficou muito feliz em saber que no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o número de INCTs qualificados tem aumentado. Lembrou também que 30% para essas regiões é o que está na Lei e que nada impede desse número aumentar, no sentido de se equilibrar a questão regional nesse apoio aos INCTs. O Sr. Jailson Andrade também enfatizou que é o maior programa que se tem hoje no Brasil, extremamente consolidado e que tem interações imensas com o setor empresarial, o que possibilita o aumento no número de pedidos de patentes, a cooperação com o exterior, expande a formação de PhDs, a formação de médicos, a criação de cursos de pós-graduação e inclusive de disciplinas. Ao final de sua fala, parabenizou o CNPq, o Sr. Evaldo Vilela e a Sra. Zaira Turchi pelo trabalho executado. Com a palavra, a Sra. Helena Nader fez coro com a manifestação do Sr. Jailson Andrade e declarou ser uma entusiasta do programa de INCTs. Questionou se os recursos dos INCTs que foram aprovados já estavam liberados antes da edição da MP 1136, pois parte dos recursos do FNDCT já foram cancelados e utilizados em programas de outras Pastas Ministeriais. Registrou que não iria entrar no julgamento do mérito do ato do governo, mas afirmou que se caso a MP fosse derrubada pelo Congresso, para recompor os recursos do FNDCT, as dotações teriam que vir de outras fontes e que, provavelmente, iria-se furar o teto de gastos. Assim, solicitou que ficasse registrado em ata que a manutenção da MP 1136/2022 comprometerá o apoio a iniciativas aprovadas pelo CD com os recursos do FNDCT. A Sra. Helena Nader reafirmou que é a favor dos recursos para os INCTs, mas que todos os presentes têm a consciência de que os recursos bloqueados não retornam ao FNDCT, pois a MP 1136/2022 é clara nesse aspecto. Por fim, consignou que deve ficar registrado, para os próximos que vierem a integrar o CD/FNDCT, que a atual composição do colegiado saiu distribuindo recursos sob vigência de uma Medida Provisória que impedia a utilização dos respectivos. O Sr. Sérgio Almeida esclareceu que já há 300 milhões aprovados no PAI 2022 e que a intenção de suplementação, citada pelo Sr. Paulo Alvim, foi em função da demanda qualificada de boas propostas, o que poderia ser objeto de deliberação pelo CD/FNDCT no futuro. Registrou que não está em deliberação nesta reunião uma suplementação aos INCTs, mas somente um comunicado de que houve a homologação da seleção provisória de 50 INCTs, que irão consumir R\$ 300 milhões do orçamento do FNDCT. Registrou que uma eventual suplementação, num futuro P2 da chamada dos INCTs, poderia ser submetido ao CD/FNDCT em uma outra ocasião. O Sr. Johnny Santos esclareceu que o PAI 2022 considerou os projetos que estavam em curso e as novas ações. Entre elas, uma proposta para apoio aos INCTs no valor de R\$ 300 milhões, sendo R\$ 50 milhões em 2022 e R\$ 250 milhões em 2023. A Sra. Helena Nader reafirmou ser a favor do apoio aos INCTs, porém destacou que todo o esforço feito para acabar com o passivo de ações poderá ser em vão. O Sr. Sérgio Almeida destacou a dificuldade de se conviver com essas frustrações orçamentárias, pois quando da aprovação do PAI 2022 havia expectativa para que houvesse uma disponibilidade orçamentária de algo próximo a R\$ 6 bilhões numa recomposição orçamentária à LOA 2022 que inicialmente previa R\$ 4,5 bilhões, mas que veio a MP 1136/2022 e limitou as dotações em R\$ 2,777 bilhões. Dando continuidade à reunião, o Sr. Sérgio Almeida passou ao próximo item da pauta, qual seja: a revisão do Plano Anual de Investimentos Reembolsáveis 2022. Relembrou que no começo do ano foi aprovado o PAI Reembolsável de 2022 no valor de R\$ 2,1 bilhões, mas com a mudança da taxa referencial, de TJLP para TR, para a remuneração dos empréstimos do FNDCT à Finep, ocorreu um aumento por operações reembolsáveis na Finep. Logo, a Finep apresentou proposta para a revisão no teto para recursos reembolsáveis, passando de R\$ 2,1 bilhões para R\$ 2,777 bilhões. Com a palavra, o Sr. Waldemar Barroso recordou que após a edição da MP 1136/2022, a Finep trabalhou para definir uma nova metodologia de cálculo para as operações reembolsáveis. Novamente agradeceu ao MCTI, em especial a área financeira do órgão, que ajudou a Finep a estruturar um novo programa tanto para crédito centralizado como para crédito descentralizado e que, com a nova formatação, a demanda por crédito cresceu de imediato, atingindo um patamar de R\$ 2,777 bilhões. Na sequência, o

Sr. Adriano Lattarulo, Diretor Financeiro da Finep, passou a fazer a apresentação da proposta de revisão do Plano Anual de Investimentos Reembolsáveis de 2022. **(Anexos 3 e 4)**. Finalizada a apresentação, o Sr. Sergio questionou se algum conselheiro gostaria de obter esclarecimentos antes do assunto ser colocado em deliberação. Com a palavra, o Sr. Carlos Gadelha solicitou que fosse confirmado o seu entendimento de que não deverá haver mais a equalização. Sugeriu ainda consignar em ata, que foi condicionado que o plano de recursos reembolsáveis não pode ter como desdobramento nenhuma redução dos recursos não reembolsáveis, em decorrência da equalização, entre outras. Outra questão, no mesmo sentido da fala do Sr. Pedro Wongtschowski, é de que futuramente seja pautada ao CD/FNDCT uma proposta para uma orientação mais estratégica para os recursos reembolsáveis. O Sr. Sergio Almeida informou ao colegiado que na apresentação da FINEP, observa-se que não há mais recursos não reembolsáveis sendo drenados para a equalização. O Sr. Daniel Moczydlower, antes da deliberação, a fim de confirmar seu entendimento e em consonância ao mencionado pelo Sr. Carlos Gadelha, questionou se o impacto dessa aprovação não irá restringir, de nenhuma maneira, os recursos não reembolsáveis em andamento para esse ano e se também não carregará nenhum impacto para 2023. Em esclarecimento, o Sr. Sergio Almeida alegou que mantida a medida provisória, a taxa de juros deixa de ser TJLP e passa a ser TR, eliminando a necessidade de equalização. Segundo o Sr. Sergio Almeida, houve a orientação do MCTI para com a FINEP no sentido de eliminar a equalização, segundo os termos da medida provisória, de forma a não impactar os exercícios futuros. O Sr. Daniel Moczydlower agradeceu o esclarecimento e ressaltou que como os recursos são volumosos e a demanda vem aumentando consideravelmente, entendeu como importante, endossando a fala do Sr. Pedro Wongtschowski, uma discussão sobre a priorização dos recursos e como eles serão encadeados. Com a palavra, o Sr. Johnny Santos esclareceu que é entendimento do TCU que o Conselho Diretor se dedique mais às questões que envolvem os recursos reembolsáveis. Segundo ele, a CMAP, que é o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas, escolheu o FNDCT para o ciclo de avaliação de políticas, o que incluiu também uma avaliação relacionada às fontes reembolsáveis do FNDCT. Registrou o entendimento de que é salutar que o CD/FNDCT possa canalizar esforços no sentido de contribuir com a FINEP em relação a estratégia para os recursos reembolsáveis, não só do ponto de vista de priorização, mas também das estratégias de concessão de crédito. Registrou que não é uma tarefa fácil o desenho de políticas públicas voltadas às fontes reembolsáveis, pois envolvem a capacidade técnica, financeira e institucional dos tomadores. Por fim, informou que será encaminhado para conhecimento dos Conselheiros o Relatório de Avaliação do CMAP. Não havendo mais questionamentos quanto a matéria, o Sr. Sergio Almeida colocou a proposta de revisão do Plano Anual de Investimentos Reembolsáveis 2022 em deliberação, a qual foi aprovada por unanimidade. Passando ao próximo item da pauta, Assuntos Gerais, foi apresentada a determinação contida no item 9.3 do Acórdão nº 693/TCU – Plenário, qual seja: “9.3. determinar ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), com fundamento no art. 4º, inc. I, da Resolução-TCU 315/2020, que, no exercício da função de apoio técnico ao Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CD/FNDCT), institua, no prazo de 180 dias, rotina de recebimento periódico de dados da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) aptos para comprovar a exatidão do fluxo de entradas e saídas e do saldo devedor dos empréstimos tomados pela Empresa junto ao FNDCT, de modo a municipal o CD/FNDCT, tempestivamente, com informações suficientes, em sintonia com o preconizado no art. 5º, inc. V, da Lei 11.540/2007 c/c art. 8º, inc. VII, do Anexo I ao Decreto 10.463/2020 (subitem 3.5 – parágrafos 137 a 152 do relatório)”. Com a palavra, o Sr. Johnny Santos esclareceu que foi estabelecido um formato de Relatório em que a Finep contempla a determinação contida no acórdão, o qual será encaminhado ao Conselho Diretor juntamente com a ata de reunião. Resumindo a determinação, o Sr. Johnny Santos informou que a Finep deverá apresentar um balanço com fluxo de entrada e saída dos empréstimos contraídos junto ao FNDCT, o respectivo saldo devedor dos contratos, de modo a municipal o CD/FNDCT. Registrou que na sequência será feita uma apresentação resumida quanto às medidas para o atendimento à determinação, mas que a Finep deverá prestar as informações de forma semestral. Por fim, registrou que o objetivo é que o CD/FNDCT tenha conhecimento de todos os empréstimos tomados junto ao FNDCT. O Sr. Adriano Lattarulo iniciou a apresentação referente a Prestação de Contas dos Recursos Reembolsáveis do FNDCT **(Anexo 5)**. Finalizada a apresentação, o Sr. Sergio Almeida ressaltou que o Acórdão proporcionou condições para que os conselheiros do FNDCT tenham a possibilidade de obter maiores informações sobre as operações reembolsáveis. Na sequência, o Sr. Johnny Santos informou que devem ser submetidos ao Conselho Diretor os Relatórios Anuais de Resultados do FNDCT. Registrou que não foram apreciados os relatórios dos anos de 2020 e de 2021, os quais estavam sendo finalizados pela Finep. Registrou que havendo reunião presencial, este assunto será pautado, caso contrário, será consultada a possibilidade de deliberação eletrônica. A Sra. Helena Nader questionou se há necessidade de aprovação ou apenas conhecimento desses relatórios. O Sr. Johnny Santos esclareceu que deverá ser submetido para conhecimento e manifestação, conforme ocorria nas reuniões com os Relatórios anteriores. Com a palavra, a Sra. Gianna Sagazio registrou que a CNI decidiu requerer *amicus curiae* no âmbito da ADIN 7240, considerando que a Ministra Cármen Lúcia declarou inconstitucional a MP 1135/2022, que contingenciava os recursos do setor cultural. Devido a semelhança com a MP 1136/2022, a CNI resolveu entrar com esse *amicus curiae*. Reforçou a importância do repasse dos recursos para as organizações sociais, de forma que possam manter seus projetos em funcionamento, tão importantes e com impactos relevantes para o país. Finalizando, reforçou o convite para o encontro que a CNI realizaria no dia 24/11/2022, Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento do Brasil, no SENAI/CEMATEC e dia 25/11/2022 para a última reunião do Comitê de Líderes da MEI, também no SENAI/CEMATEC. O Sr. Evaldo Vilela reforçou o convite feito pela conselheira Gianna e esclareceu que o tema é extremamente oportuno e importante neste momento em que se reforça a relação Universidade /Empresa, a fim do melhor para o país. Em seguida, agradeceu a parceria e o esforço que a CNI/MEI tem feito em torno desse assunto e dos Seminários. Nada mais a tratar, o Sr. Sergio Almeida agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião às 11h40.

Para constar, eu, Paulo César Rezende de Carvalho Alvim, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada pelos participantes, segue assinada por mim.

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Presidente do CD-FNDCT

ANEXOS:

Anexo 1 - Balanço da execução orçamentária/financeira do PAI 2021 e PAI 2022 (10710559)

Anexo 1 - Balanço das Ações de 2022 - FINEP (10710559)

Anexo 2 - Balanço das Ações de 2021 e 2022 - CNPq (10598878)

Anexos 3 e 4 - Revisão do Plano Anual de Investimentos Reembolsáveis de 2022 (10710593) (10710576)

Anexo 5 - Prestação de Contas dos Recursos Reembolsáveis do FNDCT (10710578)

Anexo - Minuta da portaria de criação do GT-POM (10710567)



Documento assinado eletronicamente por Paulo Cesar Rezende de Carvalho Alvim, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações, em 29/12/2022, às 15:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **10712629** e o código CRC **E8FEC4FB**.